

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.414 - RS (2019/0109525-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **ARACI DOS SANTOS SILVA**
ADVOGADOS : **MARCO GERALDO ABRAHÃO SCHORR - RS032025**
TELMO RICARDO ABRAHÃO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL E OUTRO(S) - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
AGRAVADO : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADOR : **MARCELO GOUGEON VARES E OUTRO(S) - RS027355**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA E A NORMA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ARACI DOS SANTOS SILVA em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. INTEGRALIDADE DA PENSÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. DECURSO DE MAIS DE QUINZE ANOS SEM MANIFESTAÇÃO DA PARTE QUANTO AO SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL. OFÍCIO INDICATIVO DE IMPLEMENTO DA INTEGRALIDADE DA PENSÃO QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A NECESSIDADE DE A PARTE, BENEFICIÁRIA DO PAGAMENTO, VERIFICAR O EFETIVO CUMPRIMENTO DO JULGADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA QUE SE CONFIRMA.

I - O Decreto n. 20.910/32 estabelece o prazo de cinco anos para execução das dívidas contra o Estado e suas autarquias.

II - Hipótese em que deve ser considerada a ausência de qualquer reclamação da credora quanto às parcelas supostamente impagas após o trânsito em julgado da decisão.

III - Caso concreto, ademais, em que caberia à parte interessada apurar o pagamento correto por parte do ente público, o que foi levado a efeito quando já transcorrido prazo muito superior a 5 anos do trânsito em julgado. Prescrição reconhecida. Decisão confirmada.

APELO DESPROVIDO.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que (a) não houve negativa de prestação jurisdicional, de que (b) não cabe recurso especial por

violação de artigo da Constituição Federal, de que (c) não cabe recurso especial por violação de enunciado sumular, de que (d) a análise de pretensão recursal esbarra na Súmula nº 7/STJ.

Em embate, sobreveio o presente agravo.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A hipótese permitida constitucionalmente para interposição de recurso especial pela alínea "a" do inciso III do artigo 105 da CF, em suma, restringe-se à violação de Tratado ou dispositivo de Lei Federal, excluída, portanto, da competência atribuída a esta Corte Superior, a apreciação e julgamento de suposta afronta a norma constitucional ou a enunciado sumular.

Sobre a prescrição, foi impresso na origem - grifo:

A controvérsia diz respeito à prescrição da pretensão executiva relativamente aos valores que deveriam ter sido implementados, a título de integralidade da pensão, após o trânsito em julgado da decisão exequenda.

Inicialmente, rejeito a alegação de nulidade de decisão, pois o juízo de origem indicou as razões para reconhecer a prescrição da pretensão executiva, não se afigurando cabível reconhecer a nulidade da decisão por ausência de análise todos os dispositivos aduzidos pela parte, mesmo porque tal pode ser suprido pelo julgamento do tribunal, a teor do art. 1013 do NCPC.

No mérito, o recurso não merece prosperar, devendo ser confirmada a decisão que reconheceu a prescrição da pretensão executória, eis que demonstrado nos autos haver a parte autora/recorrente formulado o pedido de execução de valores preteritamente impagos pelo IPERGS quando já decorridos mais de cinco anos, não só do trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento, como da data de expedição de mandado para cumprimento da ordem emanada no processo quanto ao imediato implemento da integralidade da pensão da parte recorrente.

Com efeito, as dívidas da Fazenda Pública têm prazo de prescrição regido pelo Decreto n. 20.910/32 [...].

No caso dos autos, logo após o trânsito em julgado, a parte pugnou pela execução da sentença, com vistas à implementação da pensão titulada pela autora de forma integral, o que foi deferido, expedido o respectivo mandado, em junho de 1998 (fls. 211 e 217).

Após, o ente público, em agosto de 1998, noticiou que teria promovido o cumprimento da sentença, conforme fls. 228/235.

A exequente, por sua vez, em abril de 1999, alegou que o IPERGS não havia comprovado o cumprimento da decisão judicial. A execução de pagar quantia certa prosseguiu (fl. 263), amparada no cálculo lançado pela Contadoria, sem qualquer nova manifestação do exequente.

O recorrido opôs embargos, que foram julgados, e, transitada a decisão, foi expedido precatório em agosto de 2001.

Os autos foram baixados.

O pagamento do precatório ocorreu em janeiro de 2009 (fls. 342/346), e

apenas em 17/11/2015, ou seja, mais de 17 anos da expedição do mandado para implementação da pensão, manifestou-se a credora, pedindo esclarecimentos sobre o pagamento integral de sua pensão (fl. 358).

Ora, ainda que as manifestações no processo devam ser dotadas de boa-fé - o que fez crer a veracidade da informação prestada nos ofícios juntados pelo IPERGS -, certo é que a recorrente, na qualidade de beneficiária da pensão, deveria ter conferido o efetivo pagamento integral da pensão oportunamente.

Aliás, para aludida apuração bastava verificar a alteração dos valores em seus contracheques.

Assim, causa espécie que a autora tenha permanecido tanto tempo após o trânsito em julgado da decisão que lhe favorecia, sem notar que, a despeito de ter recebido sua pensão integral por certo período, passou a recebê-la a menor, e mais, circunstância que veio a aduzir somente quando já decorridos mais de quatorze anos contados da data do suposto incumprimento.

necessária modificação do valor que percebe a título de pensão, e, a qualquer momento, obviamente antes de decorrido o prazo prescricional, reclamasse no processo a falta de tais importâncias, quiçá incluindo na execução do julgado os valores não implementados.

De exame da prova carreada aos autos, de fato, em relação à credora transcorreu lapso de tempo superior ao prazo prescricional, tal como decretado corretamente pela decisão recorrida, posto que, indubitavelmente, a demora de mais de cinco anos na apresentação do pedido de execução de parcelas que deveriam ter sido implementadas não pode ser atribuída ao IPERGS ou ao Judiciário, quando à recorrente cumpria observar seus contracheques e formular pedido tempestivamente, ausente necessidade de pretensa intimação do arquivamento administrativo dos autos no aguardo do pagamento do precatório, pois a ela cumpria conferir se estava percebendo a pensão integral.

Portanto, correta a decisão atacada ao reconhecer prescrita a pretensão executiva relativamente a tais parcelas vencidas há mais de 5 anos.

A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza omissão (cf. AgRg no AREsp 434.846/PB, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/03/2014), pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional (cf. AgRg no AREsp 315.629/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 21/03/2014; AgRg no AREsp 453.623/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 21/03/2014).

O acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto ao fatos essenciais à contagem da prescrição, como insurgência que se funda na verificação das provas produzidas nos autos e sua valoração, demanda inafastável incursão no universo fático-probatório. Cediço é, porém, que não pode este Superior Tribunal de Justiça atuar como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

